

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Quando falamos em direito, estamos falando inicialmente de um enorme conjunto de regras obrigatórias, o chamado direito positivo. Mas o vocábulo direito é usado também para os estudos, o curso de direito, a assim chamada “ciência do direito”. Numa terceira acepção, a palavra designa os direitos de cada um de nós, chamados de direitos subjetivos, pois somos os sujeitos, os titulares, desses direitos.

Ninguém ignora que paira sobre nossas cabeças uma gigantesca teia de normas, que atinge praticamente todas as nossas atividades. Muitos pensadores têm destacado que o direito atual parece ter invadido tudo: há direito em toda parte, para todos, para tudo. A contrapartida é que, assim como temos de seguir as normas, os outros também têm de obedecer a elas e, desse modo, respeitar os direitos de cada um de nós, os ditos direitos subjetivos.

Vivemos num tempo em que as questões legais se tornaram corriqueiras. Apesar dessa popularização, ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito. Ao mesmo tempo, os mecanismos da justiça são cada vez mais acionados, até para resolver quem fica com o cachorro depois da separação, ou se o condomínio pode impedir seus moradores de ter animais. A sobrecarga dos tribunais, e sua lentidão, é parcialmente consequência desse excesso de litigiosidade e da incapacidade das pessoas de resolver com bom senso, compreensão e respeito as questões de convivência em sociedade.

Eduardo Muylaert. **Direito no cotidiano**: guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 11-13 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

- 1 Infere-se das ideias do texto que, em princípio, não caberia ao direito legislar sobre questões relativas à convivência em sociedade.
- 2 Conforme o texto, os direitos subjetivos de cada pessoa de uma sociedade são respeitados quando essas mesmas pessoas observam e seguem as normas.
- 3 No primeiro parágrafo, as expressões “o vocábulo direito” (segundo período) e “a palavra” (terceiro período) fazem parte da mesma cadeia semântica de referência.
- 4 Alterando-se o segmento “Ninguém ignora” (primeiro período do segundo parágrafo) por **Não se ignora**, opera-se uma mudança na estrutura sintática do período, que não interfere, contudo, na classificação do sujeito, que é indeterminado em ambas as orações.
- 5 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituísse “atinge” (primeiro período do segundo parágrafo) por **atingem**.
- 6 No terceiro período do segundo parágrafo, o termo “a elas” poderia ser corretamente substituído por **lhes**, escrevendo-se **obedecer-lhes**.

- 7 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma pronominal “se” poderia ser corretamente deslocada para logo após a forma verbal “tornaram” — escrevendo-se **tornaram-se**.
- 8 No segundo período do terceiro parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase no trecho “ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito” é obrigatório.
- 9 Sem prejuízo de sua correção gramatical ou de seu sentido original, o último período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Esse excesso de litigiosidade bem como as pessoas, cuja a incapacidade em resolver questões de convivência social, com bom senso, compreensão e respeito têm sua parcela de culpa na sobrecarga dos tribunais, e em sua lentidão.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da redação oficial.

- 10 Devem ser evitados parágrafos de desenvolvimento no texto dos documentos oficiais que, seguindo o padrão oficial, são usados para o encaminhamento de documentos.
- 11 Em certas ocasiões, para se garantir a clareza do texto das comunicações oficiais, recomenda-se o uso da ordem inversa na organização dos constituintes de uma oração.
- 12 Nas comunicações oficiais, deve-se dispensar às autoridades estrangeiras o mais alto grau de formalidade, por isso, como fecho das comunicações a elas dirigidas, recomenda-se o emprego do termo **Respeitosamente**.

Com base na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, julgue os próximos itens.

- 13 O procurador-geral de justiça é nomeado pelo governador do estado, entre os procuradores de justiça indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- 14 Os serviços auxiliares das procuradorias de justiça destinam-se a dar o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento e ao desempenho das funções dos procuradores de justiça, sendo instituídos e organizados por ato do procurador-geral de justiça.
- 15 Compete ao Conselho Superior do Ministério Público deliberar sobre a criação e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos vencimentos dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.
- 16 O procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público são membros natos do Conselho Superior do Ministério Público.

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

- 17 A acumulação ilegal de cargos públicos é conduta passível de demissão.
- 18 Denomina-se reversão a reinvestidura do servidor efetivo estável quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens do cargo ocupado.
- 19 O prazo para o início do exercício no cargo público é de 15 dias, contados da data da posse.
- 20 É considerado aprovado o servidor que obtenha, no resultado final do estágio probatório, média igual ou superior a 50% dos pontos possíveis.

No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 21 No controle judicial dos atos administrativos discricionários, é vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos ou fatos que precedem a elaboração do ato a ser julgado.
- 22 Suponha que a administração pública, por ato administrativo, após ter concedido licença e férias a determinado servidor, tenha verificado que ele não tinha direito à licença e, em razão disso, tenha praticado novo ato, retirando a licença e ratificando as férias. Nessa situação, considera-se que houve convalidação pela denominada conversão.
- 23 A decadência é um fato jurídico relacionado ao princípio da segurança jurídica.
- 24 As organizações sociais são constituídas obrigatoriamente como pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos, podendo atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.
- 25 A força maior e o caso fortuito excluem a responsabilidade civil do Estado.

Ainda acerca de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 26 De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, para a celebração de convênios e contratos de repasse para a execução de obras e serviços de engenharia, o proponente deverá apresentar, entre outros documentos, o plano de sustentabilidade.
- 27 No caso de um agente público condenado por ato de improbidade administrativa que tenha causado dano ao erário falecer, os seus sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança, afastando-se essa responsabilidade sucessória na hipótese de alteração contratual de cisão societária.
- 28 O Sistema de Registro de Preço pode ser utilizado para contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços mais de um órgão ou uma entidade da administração pública.
- 29 Se, no âmbito da administração pública, não houver competência específica para iniciar determinado processo administrativo, ele deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- 30 A modalidade de licitação denominada diálogo competitivo deve ser conduzida por comissão de contratação com três servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração, sendo vedada a contratação de profissionais para prestar assessoramento técnico à comissão.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, no que se refere às normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue os itens seguintes.

- 31 As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, integral e plena, mas seu alcance pode ser reduzido pelo legislador infraconstitucional.
- 32 Todas as normas constitucionais têm, no mínimo, um efeito negativo: a proibição de edição de leis infraconstitucionais que as contrariem.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 33 De acordo com a teoria dos limites dos limites, um direito fundamental pode ser restringido desde que preservado o seu núcleo essencial.
- 34 A cláusula da reserva do possível não pode ser usada pelo administrador como escusa para o descumprimento dos direitos sociais quando se trata da garantia do mínimo existencial, a exemplo da matrícula de criança em creche.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 35 Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.
- 36 As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.
- 37 É da competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Acerca do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

- 38 O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.
- 39 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.
- 40 Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do estado do Tocantins, julgue os itens a seguir.

- 41 A defensoria pública exerce um papel significativo na luta pela garantia de direitos dos povos quilombolas no estado do Tocantins, que conta com dezenas de comunidades remanescentes de quilombos.
- 42 O produto interno bruto (PIB) do estado do Tocantins está entre os cinco maiores do país e sua contribuição para o setor industrial equivale a cerca de dez por cento da indústria nacional.
- 43 Os principais segmentos industriais do estado do Tocantins são serviços industriais de utilidade pública, construção, alimentos, minerais não metálicos e derivados de petróleo e biocombustíveis.
- 44 Estimulada por projetos de infraestrutura como a rodovia Belém-Brasília, que facilitam a entrada de bens e serviços no território, a estrutura produtiva do Tocantins está, apesar das disparidades geoeconômicas entre os municípios, em processo de consolidação.
- 45 Considerada cidade polo de base econômica de desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins, a cidade de Palmas apresentou expressivo crescimento populacional nas últimas décadas.

Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

- 46** Composto pela bacia do rio Tocantins e pelo sistema hidrográfico do Araguaia, o estado do Tocantins está inserido em uma região semiárida e não integra a Amazônia Legal.
- 47** O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.
- 48** Antes de o norte goiano se tornar o estado do Tocantins, esta região recebeu pouca atenção do governo federal, com exceção dos planos desenvolvimentistas elaborados no regime militar.
- 49** O estado do Tocantins é formado pela união indissolúvel de seus municípios e tem soberania político-administrativa.
- 50** São símbolos do estado a bandeira, o hino, as armas e o selo estadual, podendo os municípios ter símbolos próprios.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

No que se refere à regulamentação do exercício profissional do assistente social em todo o território nacional, julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 8.662/1993.

- 51** Poderão exercer a profissão de assistente social os profissionais que possuam diploma de graduação em serviço social expedido por instituição de ensino superior devidamente registrada no país e reconhecida por órgão competente.
- 52** É assegurado aos assistentes sociais que possuam diploma técnico reconhecido por órgão competente, desde que registrado no respectivo Conselho Regional de Serviço Social, exercer a profissão de assistente social e cumprir os deveres e obrigações inerentes ao cargo.

À luz da Resolução CFESS n.º 1.054/2023, julgue os itens a seguir.

- 53** É vedado ao assistente social realizar qualquer prática que cause constrangimento, impeça ou criminalize manifestações religiosas culturais ou artísticas de matrizes africanas ou referentes à população negra, bem como aos povos indígenas e populações tradicionais.
- 54** Embora não vede explicitamente a realização de ações de discriminação étnico-racial, a referida Resolução estabelece que o assistente social deverá contribuir, no âmbito do exercício profissional, para o combate ao preconceito e à discriminação e para a eliminação de todas as formas de racismo.

No que se relaciona ao estágio curricular supervisionado, julgue os seguintes itens.

- 55** O estágio supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do estudante no espaço socioinstitucional, sob a supervisão sistemática de um professor e de um profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio.
- 56** Cada instituição de ensino poderá organizar sua oferta de acordo com sua infraestrutura e projeto pedagógico, de modo que o estágio supervisionado poderá ser executado durante as atividades acadêmicas de caráter voluntário e de extensão, desde que seja supervisionado diretamente por assistente social.

Com base no Código de Ética do Assistente Social de 1993, julgue os itens subsequentes.

- 57** O direito ao sigilo profissional garante a dimensão ética do exercício profissional do assistente social e expressa, também, a garantia do sigilo das informações dos usuários e o seu manejo pelo profissional.
- 58** Quando for convocado na qualidade de perito, o assistente social deve apresentar à justiça todas as informações que tiver, como diários de campo, relatórios internos e(ou) diagnósticos socioeconômicos, sempre que o juiz requisitar.
- 59** O assistente social deve garantir ao usuário acesso às informações necessárias, possibilidades e consequências sobre as demandas e intervenções realizadas, respeitando e preservando a decisão do usuário, independentemente de ser contrário aos seus valores e crenças individuais.
- 60** No exercício da profissão, o assistente social deve se abster de práticas que possam cercear a liberdade dos usuários, bem como policiar seu comportamento e expressão.
- 61** O assistente social somente deve participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública quando for expressamente convocado por ente da Federação.

- 62** Nos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social, constam a prevenção do pluralismo no exercício profissional do assistente social e a ampliação e a consolidação das correntes estruturalistas na apreensão da realidade e do exercício profissional.

Acerca dos desafios da atuação profissional do assistente social, julgue os itens que se seguem.

- 63** É necessário decifrar a realidade na dinamicidade em que ela se apresenta e construir propostas de intervenção e atuação que, de fato, possam garantir a efetividade dos direitos sociais, para que se forme, assim, um profissional não apenas executivo, mas também propositivo e criativo em suas intervenções e mediações.
- 64** A realidade apresenta aos assistentes sociais alternativas que são automaticamente transformadas em possibilidades efetivas e reais de intervenção, as quais constituem as estratégias contemporâneas das mediações profissionais.
- 65** Compreender a contemporaneidade é ir além do serviço social, ou seja, é romper com uma visão endógena do serviço social, com práticas voltadas para um único aspecto e imediatistas.

Acerca da perícia social, julgue os próximos itens.

- 66** Para o desempenho de sua função, o perito e os assistentes técnicos podem valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruindo o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia.
- 67** É permitido ao perito emitir opiniões pessoais que excedam o exame técnico ou científico do objeto da perícia, caso tenha o objetivo de realizar uma análise mais completa e ampla.

A respeito da supervisão em serviço social, da dimensão técnico-operativa do serviço social e da atuação interdisciplinar, julgue os itens a seguir.

- 68** A intervenção de natureza técnico-operativa no âmbito do serviço social deve ocorrer de maneira neutra, não sendo adequado permitir que ela seja influenciada por dimensões ético-políticas.
- 69** A dimensão investigativa do serviço social compreende as competências de formular políticas e ações profissionais e realizar visitas, perícias técnicas, laudos e pareceres sobre a matéria de serviço social.
- 70** O estágio supervisionado em serviço social e o processo de supervisão acompanharam o movimento sócio-histórico e teórico-metodológico da profissão, bem como as condições éticas e políticas que a envolvem desde suas origens na realidade brasileira.
- 71** A supervisão de estágio acompanha o movimento da formação e do trabalho profissional do serviço social e se desenvolve em uma relação dialética com a concepção de educação superior, alinhada à perspectiva teórico-metodológica que embasa a profissão.
- 72** Da dimensão técnico-operativa do serviço social emana a imagem social da profissão, pois é a partir da dimensão técnico-operativa que o serviço social adquire visibilidade e é reconhecido socialmente.

Com relação à dimensão investigativa do serviço social, aos processos de planejamento e aos projetos de intervenção profissional, julgue os itens seguintes.

- 73** Na interdisciplinaridade, o conhecimento e o domínio das possibilidades e limites da própria profissão se dissolvem para que haja interação com as demais profissões.
- 74** O empenho em tornar a avaliação de programas parte do planejamento, da implementação e do monitoramento dos serviços e das instituições manifestou-se tardiamente no Brasil, notadamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- 75** Para a desmistificação da realidade e desnaturalização dos estigmas sociais e culturais, o serviço social se utiliza da teoria positivista, que visa à superação da dicotomia entre teoria e prática e nega a apropriação do imediato como a essência da realidade.
- 76** Os projetos profissionais devem oferecer respostas concretas para uma democracia social, política e econômica, indicando os meios de concretizá-las.
- 77** A pesquisa social no âmbito da profissão do assistente social é uma forma de intervenção nova, inserida no meio profissional do serviço social a partir dos anos 2000.
- 78** A avaliação de programas e serviços sociais, embora analise a gestão e o planejamento de ações de políticas públicas, não constitui uma etapa específica do ciclo de desenvolvimento das políticas públicas.

No que se refere à questão social e aos direitos de cidadania, julgue os itens que se seguem.

- 79** O crescimento do conservadorismo de traços fascistas e a intensa precarização das condições de trabalho e de vida são expressões concretas da atual fase de acumulação do capitalismo internacional e são decorrências da pandemia de covid-19.
- 80** A desigualdade e a concentração de renda, que se intensificam nas atuais formas de acumulação capitalista, resultam de mudanças na esfera da produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e têm como consequência o agravamento de problemas sociais e de suas expressões na vida da classe trabalhadora.

No que se refere à mediação como estratégia de intervenção para a resolução de conflitos, julgue os próximos itens.

- 81** A mediação é um mecanismo de solução de conflitos no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes.
- 82** Em situações de conflito entre crianças, parte-se do pressuposto de que elas possuem plena capacidade para a resolução do conflito por meio de mediação sem a necessidade do acompanhamento e da orientação de um adulto.

Acerca da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

- 83** O financiamento da seguridade social se dá exclusivamente de forma direta, com recursos da União, e de forma indireta, mediante recursos dos estados e do Distrito Federal.
- 84** As ações no âmbito da seguridade social estão organizadas por meio do Sistema Nacional de Previdência Social.
- 85** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social.

Com base em aspectos e ações no campo da promoção da saúde, julgue os itens seguintes.

- 86** São considerados valores fundamentais no processo de concretização da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): a solidariedade, a felicidade, a ética, o respeito às diversidades e a humanização, entre outros.
- 87** Na PNPS, os temas transversais são referências para a formulação de agendas de promoção da saúde e para a adoção de estratégias e temas prioritários.

Julgue os itens subsequentes, a respeito do direito à educação, à luz da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB).

- 88** É dever do Estado garantir, para cada criança a partir do dia em que completa quatro anos de idade, vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência.
- 89** A oferta de educação para jovens e adultos deve ser efetivada mediante a garantia de condições de acesso e permanência na escola aos que forem trabalhadores.
- 90** A educação básica, obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade, é circunscrita à pré-escola e ao ensino fundamental.

Julgue os próximos itens, a respeito da Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, instituída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 91** A referida semana será realizada a cada dois anos, na primeira semana de fevereiro.
- 92** As ações e campanhas educativas da referida semana serão realizadas pelo poder público em conjunto com organizações da sociedade civil.

Julgue os itens subsecutivos, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 93** As entidades governamentais de atendimento ficam isentas de inscrição de seus programas de proteção e sócioeducativos destinados a crianças e adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, embora essa inscrição seja obrigatória para entidades não governamentais.
- 94** É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- 95** O adolescente tem o direito de ser cuidado pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas sem o uso de tratamento cruel ou degradante, devendo o castigo físico ser utilizado apenas nas ações de natureza punitiva.

No que se refere aos direitos assegurados às pessoas idosas, julgue o item seguinte, tendo como referência o Estatuto da Pessoa Idosa.

- 96** Maria, com 75 anos de idade, e Joana, com 85 anos de idade, têm consulta médica agendada para atendimento às 8 horas da manhã de certo dia, com a mesma equipe de saúde do idoso. Nessa situação, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, Joana tem prioridade no atendimento.

No que se refere ao atendimento a pessoas em situação de rua, julgue os próximos itens.

- 97** A Política Nacional para a População em Situação de Rua deve ser implementada de forma centralizada pela União, de forma a se evitar a adoção de distintas políticas pelos diversos entes federativos.
- 98** Os comitês gestores intersetoriais instituídos pelos entes da Federação que aderirem à Política Nacional para a População em Situação de Rua deverão contar com a participação de entidades representativas desse segmento da população.

No que diz respeito às atribuições do conselho tutelar, julgue os itens seguintes, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente.

- 99** Compete ao conselho tutelar atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando, quando necessárias, as seguintes medidas: advertência, perda da guarda e destituição da tutela.
- 100** Nos casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes, está entre as atribuições do conselho tutelar representar junto à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima.

Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), julgue os itens a seguir.

- 101** O cordão de fita com desenhos de girassóis é comprovação suficiente para o estacionamento de veículo que transporte pessoa com deficiência.
- 102** À pessoa com deficiência é garantida prioridade em programas habitacionais públicos e privados para a aquisição de um ou mais imóveis.
- 103** A utilização do cordão de fita com desenhos de girassóis dispensa a apresentação de documento comprobatório da deficiência, ainda que este seja solicitado por atendente ou autoridade competente.
- 104** O cordão de fita com desenhos de girassóis foi instituído como símbolo nacional de identificação tanto de pessoas com deficiência física quanto de pessoas com deficiência oculta.
- 105** O direito da pessoa com deficiência oculta é garantido ainda que ela não porte o símbolo nacional criado para a identificação de pessoas com esse tipo de deficiência.

Considerando as definições gerais da lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei n.º 9.394/1996), julgue os itens a seguir.

- 106** Ao estudante da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado é assegurado atendimento educacional durante o período de internação.
- 107** É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 3 anos de idade.
- 108** O objetivo da educação infantil, primeira etapa da educação básica, consiste no desenvolvimento integral da criança de até 6 anos de idade, em seus aspectos físico, intelectual e social, sendo o aspecto psicológico de responsabilidade exclusiva da família.
- 109** O ensino da língua portuguesa e da matemática é obrigatório nos três anos do ensino médio.
- 110** Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino devem promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, o que inclui a adaptação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola, assim como às condições climáticas da localidade.
- 111** O Estado garante acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio a todos os que não os concluíram na idade própria.

Com base na legislação que dispõe sobre os direitos da criança, do adolescente e da mulher vítima ou testemunha de violência, julgue os itens que se seguem.

- 112** O depoimento especial da criança deve ser conduzido por autoridade policial de plantão por meio da aplicação de testes psicológicos e questionamentos pré-elaborados, sendo vedada, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a gravação em vídeo e áudio do depoimento.
- 113** Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, é vedada a aplicação de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- 114** O profissional de educação que identifique ato de violência no ambiente escolar tem o dever de comunicá-lo ao conselho tutelar.
- 115** A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem direito a atendimento policial e pericial preferencialmente por profissional do sexo feminino.

Ana tem 35 anos de idade, é assistente social no serviço público, casada, está gestante, mora com seu pai de 70 anos de idade e tem um filho de 16 anos de idade chamado Josué, que está privado de liberdade em decorrência da prática de ato infracional.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue os itens a seguir.

- 116** A idade do pai de Ana é condição suficiente para garantir a ele, segundo a Lei Orgânica da Assistência Social, o direito de receber o auxílio-inclusão, que corresponde ao valor do benefício de prestação continuada vigente.
- 117** A Josué é garantida a oportunidade de realizar trabalho voluntário, assim como lhe é assegurado o direito a educação, devendo constar, no certificado que lhe seja concedido durante a detenção, o registro de que ele esteve detido.
- 118** A lei que regulamenta a profissão de assistente social determina que a duração do trabalho do assistente social seja de 30 horas semanais.
- 119** Para as consultas de pré-natal no serviço de saúde, a Ana é assegurado, por lei, o direito de fazer-se acompanhar por pessoa maior de idade, durante todo o período do atendimento, independentemente de notificação prévia.
- 120** Dada a idade do pai de Ana, o Estatuto da Pessoa Idosa lhe assegura prioridade especial em relação às demais pessoas idosas para o recebimento da restituição do imposto de renda.